



Tese da Corrente Sindical Marxista – Guillermo Lora ao XXVII Congresso da Apeoesp

**Não ao congresso governista! Por um congresso que organize
a luta pelas reivindicações! Por um sindicato de luta e democrático,
com real independência de classe!**

CONJUNTURA INTERNACIONAL

A conjuntura internacional está marcada pela disputa, aberta ou por meio de terceiros, entre as economias das potências imperialistas, tendo os EUA à frente, e aquelas nacionalizadas pelas revoluções proletárias, em especial China e Rússia. Esse conflito, que se manifesta quase que diariamente por meio da guerra comercial, está também por trás de disputas eleitorais, guerras civis (Sudão e Sérvia), golpes militares, disputas territoriais (Taiwan e todo o sul do Pacífico), e guerras entre países, como a na Ucrânia. Expressa o ponto mais elevado da decomposição do modo de produção capitalista, que se manifesta nas sucessivas e contínuas crises desde 2008.

O capitalismo, ao se elevar à fase imperialista, passou à contagem regressiva de seu final histórico. As duas guerras mundiais o expressaram, com a mortandade, o genocídio e a ampla destruição de forças produtivas. Em 1938, previu-se que o capitalismo estava num beco sem saída. Não se supunha que a gigantesca destruição pudesse abrir caminho para uma retomada das forças produtivas mundiais, e que seria possível ao capitalismo mundial crescer a taxas médias de 6% por décadas. Os Estados Unidos, potência imperialista que não registrou tal destruição, saiu da 2ª Guerra com 42% da produção mundial, e uma preponderância nos negócios e política mundiais sem precedentes.

Mas as leis da História são mais poderosas que as suposições burguesas. O esgotamento da retomada econômica começou a se manifestar, desde o final da década de 1970, com a crise do petróleo, mas que, durante vários anos, afetou diversas partes do planeta (México, Tigres Asiáticos, Japão, América Latina, etc.). A crise de 2008 revelou que o capitalismo mundial já não podia crescer além do vegetativo. Retomaram-se as tendências recessivas e de guerras da década de 1930.

Os Estados Unidos, Europa e Japão, as potências imperialistas, percorreram a trajetória dos exportadores de capitais que são. Foram desindustrializando suas economias, investindo nas possibilidades abertas na Rússia (compra de setores estatais na década de 1990), e principalmente na China (instalação de novos parques industriais, aproveitando da então barata força de trabalho). Esse mecanismo, que serviu de alívio para suas economias durante os anos de superprodução de valores dos anos de 1980/1990, acabaram servindo de base fértil para uma reviravolta de seus opositores, que passaram dialeticamente de válvula de escape a maior problema para as potências.

EUA, Europa e Japão passaram a retroceder sua parcela na produção industrial e agrícola mundial. No mesmo ritmo e alcance em que a China se projetava e a Rússia se recupe-

rava. Após os anos pandêmicos, a China emergiu com quase um terço da produção mundial, enquanto os EUA amargavam 15%, Europa, menos de 20%, e Japão, míseros 5%.

A ascensão de Trump ao governo ianque, em 2015, já expressava a necessidade de fazer com que se recuperasse a produção interna estadunidense, trazendo de volta as indústrias exportadas, e dando um salto na guerra comercial. A eleição de Biden não mudou essas tendências e necessidades gerais.

Colocou-se como necessidade imperiosa deter a China e repartir a Rússia. A destruição dessas forças produtivas poderia abrir caminho para uma nova retomada capitalista mundial, semelhante à ocorrida após a 2ª guerra. Para tal, coloca-se como necessidade destruir os estados operários degenerados, controlados pelas burocracias ditatoriais e restauracionistas, que expropriaram o poder político e econômico das massas que realizaram as revoluções proletárias. Mostrou-se impossível realizar essa ampla destruição por meio de uma transição gradual dos estados operários em burgueses. As burocracias dirigentes defendem a propriedade nacionalizada porque é sua fonte de poder e ganhos. Mas são incapazes de levar adiante a luta pela revolução socialista mundial. Esta depende de aqueles que foram expropriados pela burocracia lhe tomem o poder de volta: o proletariado e as massas.

Isso explica por que a burocracia tentou por dois anos entrar em acordo com as potências da OTAN, para que esta não levasse suas instalações militares até a Ucrânia, fechando um cerco iniciado há 3 décadas sobre a Rússia. E explica também por que essa burocracia russa teve de avançar suas fronteiras sobre o Leste ucraniano, regiões de maioria russa e que estavam há nove anos em guerra civil por sua separação da Ucrânia dirigida pelo governo burguês fascizizante de Zelensky. Mas não pode ir até o fim contra as potências imperialistas, a partir de seus métodos militares burocráticos e autoritários. Vai procurar sempre pelo acordo com o imperialismo, o que vai abrir caminho para uma nova situação de guerra no futuro. Somente o proletariado no poder pode levar a guerra revolucionária contra as potências imperialistas, apoiando-se nas massas oprimidas de cada país, fortalecendo suas lutas e avançando para a tomada do poder em cada um deles, em direção à revolução socialista mundial.

Agora, diante da guerra da OTAN contra a Rússia, cabe se colocar ao lado da defesa da conquista revolucionária da propriedade nacionalizada da indústria e agricultura, bem como aquela da maioria dos bancos, infraestrutura, transporte, energia, indústria militar estatais; contra o imperialismo, que pretende destruí-los, assim como a China, para ar-

tificialmente criar condições para uma retomada das forças produtivas, como ocorreu no pós 2ª guerra mundial. Isso não quer dizer apoiar o governo da burocracia totalitária que expropriou o poder político e econômico do proletariado, nem seus métodos burocrático militares. Mas faz toda a diferença para o proletariado mundial se o imperialismo vence ou é derrotado, e se a nacionalização na Rússia e China são preservados ou destruídos. Por isso nossa posição deve ser a de DERROTA MILITAR DA OTAN NA UCRÂNIA!

Se na França ou em outro país imperialista as massas se levantam contra seus governos, devemos ligar essa luta à derrota militar da OTAN na Ucrânia. São centenas de bilhões de dólares queimados em armamentos contra a Rússia, enquanto as massas enfrentam cortes em serviços sociais e alta inflacionária. A vitória das massas está na mesma proporção da derrota de seus países na guerra, e na saída da OTAN imperialista.

CONJUNTURA NACIONAL

Erguer uma oposição revolucionária ao governo burguês de frente ampla de Lula/Alckmin

A eleição de 2022 expressou no Brasil mudanças que ocorreram no cenário internacional e também no nacional. A derrota eleitoral de Donald Trump, nos EUA, e a vitória apertada de Biden significaram uma mudança de forma no governo da maior potência imperialista. Isto porque se mantiveram as tendências e necessidades gerais da burguesia ianque diante da crise mundial do capitalismo. A política de guerra comercial declarada de Trump teve origem na necessidade de colocar um freio à desindustrialização do país, e a perda sistemática de posições na produção mundial para a China, e foi mantida em sua essência. A tentativa de contenção da imigração foi preservada. E o fortalecimento geral das forças mais reacionárias se mede pela proibição do aborto em grande parte do país.

O governo Biden pressionou pela libertação de Lula e sua candidatura à Presidência. Setores da burguesia nacional mais elevada se perfilaram junto a Lula, sob a aliança com Alckmin, um serviço provado e aprovado pelas frações burguesas dominantes. A chamada Frente Ampla acomodou vários setores da burguesia nacional mais direitista, e mais as esquerdas como ajudantes de ordens. Bolsonaro contou com apoio de madeireiros, garimpo ilegal, agronegócio mais envolvido com agrotóxicos e práticas ilegais, como o desmatamento e invasão de terras indígenas, e setores do comércio.

Encerrada a disputa eleitoral, vários setores antes bolsonaristas passaram a integrar a base de apoio e assumir inclusive ministérios no governo. A Frente Ampla cresceu. Aumentou a centralização política do governo burguês, e também seu poder de arrastar as organizações de massas para debaixo de sua sombra. Imediatamente, apresentou-se a essência da política econômica do governo: sustentar a todo custo o parasitismo financeiro, criando mecanismos de garantia ao capital financeiro internacional e grande capital nacional de sua rentabilidade, à custa de estrangular a capacidade de investimento estatal e cortar gastos nos serviços sociais públicos e no sustento dos salários do funcionalismo. A essa política econômica, se deu o nome de Arcabouço Fiscal. Um novo teto de gastos, já chamado de PEC do fim do mundo, só que agora ainda mais rebaixado, diante das condições concretas de estagnação econômica. E que foi complementado agora, com a aprovação de uma Reforma Tributária, que vai deso-

nerar a burguesia diretamente ligada à produção, à custa de taxar mais o comércio, reconcentrar as riquezas nas mãos dos estados mais desenvolvidos, e aumentar o custo de vida. Tudo para centralizar ainda mais os recursos nas mãos do governo federal, e com isso oferecer mais uma garantia de sustento do parasitismo financeiro.

Com o novo governo burguês, e sob o pretexto de combater a extrema direita, as organizações de massa passaram a servir de canal para a defesa da política do governo junto às massas. Nada de levantar as reivindicações como elas são sentidas pelas massas, mas defender apenas o que o governo “pode” dar. Nada de organizar lutas, greves, que podem afetar o funcionamento e as relações do governo com a base parlamentar. Esse movimento levou ao estancamento dos movimentos, sua fragmentação, divisão, anulação e desmonte. Mesmo aquelas direções que debandaram do apoio ao governo, fazem em suas bases os mesmos acordos de destruição de empregos e direitos que aquelas abertamente governistas.

A real defesa das reivindicações das massas se choca com o apoio ao governo burguês. Ou se defende um, ou outro. Hoje, a maioria das direções está por defender o governo e se opor às reais reivindicações, rebaixando-as.

Não se trata de organizar apenas uma oposição de esquerda ao governo, que vai preparar um terreno eleitoral de disputa sindical ou de cargos no executivo e legislativo. É necessário erguer uma oposição revolucionária, que apoiada nas reais reivindicações das massas, impulsione a unidade na luta, com organização independente, a partir das assembleias de base de fato democráticas, com os métodos próprios da luta de classes, e sob a estratégia da revolução social e do governo próprio das massas, um governo operário e camponês.

SINDICAL

O sindicato está controlado por uma burocracia governista, que deve ser derrubada, para que vingue a democracia sindical, a defesa da luta pelas reivindicações e a real independência de classe

O sindicato é o instrumento da ação unitária e coletiva da classe para lutar pelas reivindicações. No entanto, a quase totalidade deles foi transformada em escritórios de burocratas que negociam os ataques dos governos e patrões contra as massas. Utilizam de assistencialismo e judicialização para arrebanhar seguidores. Usam-no de trampolim eleitoral, para galgar postos nas instituições da democracia burguesa.

A Apoesp é uma das expressões mais elevadas de tudo isso. A direção burocrática de décadas (PT/PCdoB) ganhou a companhia da maior parte do PSOL e outras correntes que antes compunham a oposição. O resultado das recentes eleições foi o fortalecimento da direção burocrática, que retomou a maior parte das subsedes da capital e interior, que servirão agora como instrumentos da conciliação de classes, leia-se, política de derrotas para os trabalhadores. Pouco restou do trabalho de oposição, que durante décadas conseguiu conquistar direção de subsedes e vitórias nas urnas da capital e grande São Paulo.

Este Congresso é realizado numa situação em que a atividade sindical está praticamente proibida nas escolas, com o fim das faltas abonadas, em que se precarizam as condições de vida e trabalho dos professores em geral, e de mais de 96 mil professores da categoria O em particular, com um concurso criado para demitir parte deles, com uma nova carreira (lei 1374/22), que piora em todos os sentidos a vida funcional do professor, com a imposição das escola de tempo integral e do

novo ensino médio, projetos interligados que visam à expulsão do estudante trabalhador e mais exploração do trabalho docente, com retrocesso na educação em geral. Não faltam motivos para lutar. No entanto, a direção não convoca a assembleia geral presencial, não faz das subsedes impulsadoras da mobilização, enfim, não organiza a luta.

É preciso construir uma oposição revolucionária também no sindicato. Que se apoie nas reais necessidades dos professores e defende a unidade na luta. Que combata a estatização do sindicato e sua subordinação às instituições burguesas (o parlamento é o cemitério das reivindicações). Que defende a real democracia sindical e a real independência de classe. Não se trata de trocar uma direção burocrática por outra, menos pelega. Mas de transformar completamente o sindicato, para ele seja de fato uma organização geral dos professores para lutar pelas reivindicações.

ESTATUTOS

Por abaixo os desvios burocráticos que anulam a democracia sindical

A discussão para modificação dos estatutos deveria ser precedida de um amplo debate nas bases. O mais correto seria a apresentação integral de novas versões dos estatutos, que expressassem as diferentes concepções sindicais que existem entre os professores. Como isso não será possível neste congresso, apresentaremos apenas alguns pontos que representam os maiores obstáculos à prática da democracia sindical.

1) A democracia sindical prevê a proporcionalidade na composição de todas as instâncias de direção. A existência de filtros a essa proporcionalidade na verdade representa sua anulação, e a impossibilidade de que correntes de pensamentos minoritários ganhem posições no sindicato, reforçando apenas as já majoritárias. Por isso, propomos que sejam extintos os critérios de 20% ou 10% para compor a direção, em todos os níveis de direção. E que a composição seja sempre proporcional, de forma se garanta que a maioria e a minoria estejam sempre representadas, e sujeitas à avaliação das bases em seus papéis na direção em toda instância sindical.

Proposta: Supressão dos seguintes pontos: itens a, b e c do parágrafo 1º, e b, c, d e e do parágrafo 4º, do Art. 26;

2) A democracia sindical pressupõe que a representação para uma tarefa sindical seja sempre a partir de eleição pela

base. A existência de delegados natos para o congresso, ou de membros natos para eleição de coordenações nas regionais, viola esse princípio, impondo diretores/delegados biônicos no interior de instâncias sindicais. Propomos a eleição de diretores e delegados sempre, pelas bases e o fim dos biônicos (natos).

Proposta: Suprimir o parágrafo 8 do artigo 23 e suprimir o parágrafo 1º, item j, do Art. 27

3) A disputa pelos cargos nas executivas deste ano foi feita por chapas, num regimento que quebrou os estatutos. Defendemos que a eleição por chapa é a que é mais adequada à democracia sindical, que pressupõe a ação e organização coletivas, ao redor de programas que expressem as diferentes formas de pensamento no interior da categoria. Que os estatutos expressem formalmente essa forma de eleição em todas as instâncias sindicais, resguardando os direitos de minoria de esse expressar por elas.

Proposta:

a) supressão do parágrafo 1º do Art. 59; que deve ser substituído por “A eleição para a executiva será feita a partir da inscrição de chapas, com um mínimo de 3 integrantes”

b) o parágrafo 2º do Art. 59 deve incluir, como adendo, após “Conselho Fiscal Regional”, “eleitos de forma proporcional entre as chapas que disputaram a eleição,”

4) A existência de dívidas de professores demitidos com o sindicato, pelo fato de não estarem mais recebendo salários, expressa uma visão deformada da organização sindical, voltada para o assistencialismo e judicialização. Cada um e todos os professores são parte da categoria, estejam empregados ou demitidos por força do estado patrão. As dívidas de professores com o sindicato, referentes a períodos em que esteve desempregado, devem ser anuladas e o Congresso deve votar pela isenção desses professores, que permanecem sócios do sindicato, garantidos todos os seus direitos políticos e sindicais, e voltarão a contribuir quando estiverem novamente empregados.

Proposta: adicionar no parágrafo 4 do artigo 8º, depois da palavra “associado”: “enquanto estiver sem aula atribuída, sem que nessa situação tenha de pagar a mensalidade. Quem tiver dívidas com o sindicato referentes a esta situação, está anistiado.” – supressão de “por um período de até 12 meses”.

PLANO DE LUTAS

- | | | |
|--|--|--|
| <p>1) Pela estabilidade e efetivação de todos os professores da categoria O</p> <p>2) Pela contratação de novos professores para que tenhamos no máximo 25 alunos por sala</p> <p>3) Pela reabertura de todos os turnos e salas de aula fechados pelo governo</p> <p>4) Reposição de todas as perdas salariais</p> <p>5) Reajuste automático dos</p> | <p>salários de acordo com a inflação medida pelos trabalhadores</p> <p>6) Fim da nova carreira</p> <p>7) Abaixo o novo ensino médio!</p> <p>8) Fim das escolas de tempo integral</p> <p>9) Nenhum fechamento de EJA e abertura de vagas em todas as escolas</p> <p>10) Abaixo a Reforma Administrativa</p> | <p>11) Abaixo as contrarreformas de Temer, Bolsonaro e Lula – Trabalhista, da Previdência, Arcabouço Fiscal e Reforma Tributária</p> <p>12) Abaixo o Marco Temporal</p> <p>13) Defesa da livre e democrática atividade sindical – volta dos abonos nas faltas por atuação sindical; liberdade para entrada nas escolas e discussão com os professores; fim de toda perseguição política.</p> |
|--|--|--|